

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas., as demonstrações financeiras da Ben Benefícios e Serviços S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes. A Ben Benefícios e Serviços S.A. foi constituída em junho de 2018 com o objetivo de fornecer e administrar valores-refeição, valores-alimentação, valores-transporte, valores-cultura e similares, intermediar e agenciar serviços e negócios em geral, exceto imobiliário; e emissão em moeda eletrônica, nos termos da regulamentação do Banco Central do Brasil. Iniciou suas operações em outubro de 2018. **Patrimônio líquido e resultado.** Em 31 de dezembro de 2020 o patrimônio líquido atingiu o montante de R\$ 71.253 mil (2019 - R\$ 72.466 mil). O prejuízo apresentado no exercício de 2020 foi de R\$ 1.213 mil (2019 - prejuízo de R\$ 16.317 mil). **Ativos e Passivos:** Em 31 de dezembro de 2020, os ativos totais atingiram R\$ 244.699 mil (2019 - R\$ 217.394 mil). Desse montante, destacamos, R\$ 101.978 mil que são representados por aplicações interfinanceiras de liquidez (31/12/2019 - R\$ 109.280 mil) e R\$ 101.434 que são representados por créditos a receber (31/12/2019 - R\$ 75.206). Em 31 de dezembro de 2020 os passivos totais atingiram R\$ 173.466 mil (2019 - R\$ 144.928 mil), deste montante destacamos R\$ 162.691 mil (2019 - R\$ 135.883 mil) que são representados por contas a pagar. Colocamos-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários. São Paulo, 19 de abril de 2021

BALANÇO PATRIMONIAL

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Ativo			
Ativo Circulante		225.167	195.220
Caixa e Equivalentes de Caixa	3&15	17.268	4.576
Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo por Meio do Resultado		101.978	109.280
Aplicações Financeiras	4&15	101.978	109.280
Créditos a Receber	5	101.434	75.206
Outros Ativos		2	8
Ativos Fiscais		2.366	3.491
A Compensar	6	2.366	3.491
Despesas Antecipadas		2.119	2.659
Ativo Não Circulante		19.532	22.174
Ativos Fiscais		9.457	9.017
Diferidos	6	9.457	9.017
Tangível		290	51
Intangível	7	9.785	13.106
Total do Ativo		244.699	217.394

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional, Reestruturação Societária e Apresentação das Demonstrações Financeiras

a) Contexto Operacional: A Ben Benefícios e Serviços S.A. ("Companhia" ou "Ben") é uma sociedade constituída na forma de sociedade por ações de capital fechado, domiciliada na Avenida Amador Bueno, 474, Bloco 1, 2º Andar, São Paulo/SP e tem por objeto social, (a) a instituição de arranjos de pagamento próprios, sendo responsável por desenvolver as regras e os procedimentos de disciplina a prestação de serviços de pagamento ao público; (b) Prestação de atividades, no âmbito do seu próprio arranjo de pagamento, como instituição de pagamento não integrante do Sistema Brasileiro de Pagamentos (SBP); e (c) Fornecimento e administração de valores-refeição, valores-alimentação, valores-transporte, valores-cultura e similares, via emissão impressa ou carregados em cartões eletrônicos ou eletromagnéticos, ou outros oriundos de tecnologia adequada, incluindo assessoria e consultoria dos respectivos serviços, intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários; e emissão de moeda eletrônica, nos termos da regulamentação do Banco Central do Brasil. Os benefícios correspondentes aos serviços prestados são provenientes das recargas realizadas pelas empresas clientes e o custos pagos pelos estabelecimentos onde o usuário utiliza o benefício. **Efeitos da Pandemia - COVID-19:** A administração monitora os efeitos dessa pandemia que afetam suas operações e que possam afetar adversamente seus resultados. Desde o início da pandemia no Brasil, foram estruturados Comitês de acompanhamento dos efeitos da propagação e de seus impactos, além das ações governamentais para mitigar os efeitos da pandemia do COVID-19. A empresa mantém suas atividades operacionais, observando os protocolos do Ministério da Saúde e das demais autoridades. Dentre as ações tomadas, destacam-se (a) a dispensa de funcionários do grupo de risco e intensificação do trabalho em home office, (b) a definição de protocolo de acompanhamento, junto aos profissionais da saúde, para os funcionários e familiares que tiverem os sintomas do COVID-19 e (c) ao aumento da comunicação sobre as medidas de prevenção e os meios remotos de atendimento. A pandemia não teve impacto significativo na utilização dos benefícios de refeição e alimentação, pois os usuários se adaptaram as medidas de restrição de forma a continuarem utilizando os recursos recebidos pelos seus empregadores. **b) Apresentação das Demonstrações Financeiras:** A partir do exercício de 2020 a Ben Benefícios e Serviços S.A., se enquadrou como empresa de grande porte com base na Lei das Sociedades por Ações. Em função desse enquadramento, as Demonstrações Financeiras foram elaboradas adotando as práticas contábeis de acordo com todos os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), deixando de aplicar o pronunciamento específico CPC - PME." A administração não identificou impactos com a alteração realizada nos tratamentos contábeis da entidade." A Diretoria autorizou a emissão das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 na reunião realizada em 19 de abril de 2021. O resultado e a posição financeira da Ben Benefícios e Serviços S.A. estão expressos em Reais, moeda funcional da companhia e moeda de apresentação das demonstrações financeiras. **Normas que entram em vigor a partir de 01 de janeiro de 2020:** CPC 06 (R2) - "Arrendamentos", substituiu o CPC 06 - Arrendamento Mercantil e as respectivas interpretações que estabeleceram os princípios para o reconhecimento de arrendamentos e trouxe importantes mudanças na contabilidade do arrendatário, eliminando a distinção entre arrendamentos operacionais e arrendamentos financeiros. A administração não identificou impactos significativos na adoção dessa norma. CPC 23 - "Incerteza sobre Tratamento de imposto de Renda" aplicável em exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2019. Esta norma esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. A administração não identificou impactos significativos na adoção dessa norma. **Normas e interpretações que entrarão em vigor após 31 de dezembro de 2020:** Na data de preparação destas demonstrações financeiras, as seguintes normas e interpretações possuem data de adoção efetiva após 31 de dezembro de 2020 e ainda não foram adotadas pela Ben Benefícios e Serviços S.A.: • Alterações ao CPC 48 e CPC 40 "Instrumentos Financeiros", CPC 11 "Contratos de Seguro" e CPC 06 (R2) "Arrendamentos"; as alterações previstas na Fase 2 da reforma IBOR abordam questões que podem afetar as demonstrações financeiras durante a reforma de uma taxa de juros de referência, incluindo os efeitos das mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição de uma taxa por uma taxa de referência alternativa (questões de substituição). A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1o. de janeiro de 2021. A Companhia não tem expectativa de impactos materiais relacionados a essa substituição. • Alteração ao CPC 35 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes", em maio de 2020, o IASB emitiu essa alteração para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1o. de janeiro de 2022. • Alteração CPC 15 "Combinação de Negócios", emitida em maio de 2020, com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. A alteração ao CPC 15 tem vigência de aplicação a partir de 1o. de janeiro de 2022. • Aprimoramentos anuais - ciclo 2018-2020, em maio de 2020, o IASB emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual, aplicáveis a partir de 1o. de janeiro de 2022: (i) CPC 48 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros. Não há outras normas que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Ben Benefícios e Serviços S.A. **c) Estimativas Utilizadas:** A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências ativas e passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os resultados reais podem diferir dessas estimativas. Estas estimativas, as quais foram efetuadas com a melhor informação disponível, são basicamente as seguintes: • Perdas de valor recuperável sobre determinados ativos financeiros e não financeiros; • Reconhecimento e realização de impostos diferidos.

2. Políticas Contábeis e Critérios de Apuração
As políticas contábeis e os critérios de apuração utilizados na elaboração das demonstrações financeiras foram os seguintes: **a) Caixa e Equivalentes de Caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias contados da data da aplicação e para atender compromissos de curto prazo. **b) Definições, Classificação e Mensuração dos Instrumentos Financeiros Básicos e Outros Tópicos**
Definições: Um instrumento financeiro é um contrato que gera um ativo financeiro para a companhia, e um passivo financeiro ou instrumento financeiro para outra entidade. A companhia contabiliza os seguintes instrumentos financeiros básicos: • Caixa e Equivalentes de Caixa; • Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo por Meio do Resultado; e • Créditos a Receber. **Classificação dos Ativos e Passivos Financeiros para Fins de Mensuração:** Os ativos e passivos financeiros básicos são mensurados inicialmente ao custo amortizado deduzido de perda por redução ao valor recuperável, ou ao valor justo por meio do resultado. **Classificação dos Ativos e Passivos Financeiros para Fins de Apresentação:** Os ativos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial: • Caixa e Equivalentes de Caixa - saldos de caixa; • Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo por Meio do Resultado - Aplicações em CDBs e Operações compromissadas com prazos de vencimento e taxas definidas e aplicações em fundos de investimento referenciados DI. • "Créditos a Receber" - correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades. **Os passivos financeiros são classificados por natureza:** • Passivos financeiros ao custo amortizado" - inclui o valor das obrigações de pagamento com natureza de passivos financeiros decorrentes de repasse aos estabelecimentos credenciados e estoque de crédito no cartão dos portadores. **c) Ativo Tangível:** A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base na seguinte taxa anual: Equipamentos de processamento de dados - 20% - Móveis e equipamentos de uso - 10%. A Ben Benefícios e Serviços S.A. avalia ao final de cada período, se há qualquer indicação de que os itens do ativo tangível possam apresentar redução no seu valor recuperável, ou seja, um ativo que apresenta o valor contábil acima do valor de realização seja por uso ou venda. Uma vez identificada uma redução no valor recuperável do ativo tangível, este é ajustado até atingir o seu valor de realização através do reconhecimento contábil de uma perda por redução ao seu valor recuperável registrada no resultado do exercício. **d) Ativo Intangível:** É um ativo não monetário identificável sem substância física. É decorrente basicamente de desenvolvimento de softwares amortizados pelo prazo máximo de 5 anos. A Ben Benefícios e Serviços S.A. avalia ao final de cada exercício ou a qualquer momento, se existir qualquer indicação de que os itens do ativo intangível possam apresentar perda no seu valor recuperável, ou seja, um ativo que apresenta o valor contábil acima do valor de realização. Identificando qualquer redução no valor recuperável, este é ajustado até atingir seu valor de realização. A mensuração do valor recuperável de ativos intangíveis - software é realizada com base no valor em uso, bem como, a análise da descontinuidade do ativo em relação às suas atividades. **e) Outros Passivos:** Outros Passivos incluem o saldo de todas as despesas provisionadas e receitas diferidas, excluindo juros provisionados, e o valor de quaisquer outras obrigações não incluídas em outras categorias. **f) Reconhecimento de Receitas e Despesas:** As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. **g) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins):** O PIS (1,65%) e a Cofins (7,60%) são calculados pelo regime não-cumulativo. **h) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL):** O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% e a CSLL à alíquota de 9%, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal e são classificados como não circulantes. De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

3. Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31 de dezembro de 2020 foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os saldos correspondentes aos depósitos bancários no montante de R\$ 17.268 (2019 - R\$ 4.576).

4. Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo por Meio do Resultado

	31/12/2020	31/12/2019
Aplicações Financeiras (Nota 15.c):		
LTN Compromissada CDI	101.978	108.626
CDB	-	654
Total	101.978	109.280

Esta aplicação tem liquidez imediata e é resgatada de forma rotineira, antes do vencimento, para suprir as necessidades de capital de giro no decurso das atividades operacionais da Companhia. A contrapartida da valorização das aplicações é registrada no resultado, na linha de receita de aplicação financeira (Nota 14) pelo regime de competência. A Ben Benefícios e Serviços S.A. não operou com Instrumentos Financeiros Derivativos.

5. Créditos a Receber

	31/12/2020	31/12/2019
Liquidação a Receber ⁽¹⁾	89.933	66.120
Saldo a Receber de Crédito - Partes Relacionadas ⁽²⁾	11.434	9.086
Saldo a Receber - Comissão VT	68	-
Total	101.434	75.206

⁽¹⁾ Refere-se a eventos oriundos dos pedidos de recarga de cartões realizados pelos clientes da Ben, que estão pendentes de liquidação. ⁽²⁾ Refere-se o contrato de acordo entre Ben Benefícios e Visa Inc. que prevê o reembolso de despesas operacionais da empresa.

6. Ativos Fiscais

a.1) Natureza e Origem dos Créditos Tributários

	31/12/2019	Cons-tituição	Reali-zação	31/12/2020
Crédito tributário - Pis e Cofins	1.783	630	(2.311)	102
Crédito tributário diferido (IRPJ e CSLL)	9.017	2.606	(2.166)	9.457
Total	10.800	3.236	(4.477)	9.559
Outros impostos a Compensar	1.708	1.200	(644)	2.264
Circulante	3.491			2.366
Não Circulante	9.017			9.457

	Diferenças Temporárias PIS/COFINS	Diferenças Tempo-ráriasIRPJ	Diferenças Tempo-ráriasCSLL	Prejuízos Fiscais/ Base Negativa	Total
2021	51	2.562	920	1.075	4.608
2022	51	-	-	2.379	2.430
2023	-	-	-	1.819	1.819
2024	-	-	-	702	702
Total	102	2.562	920	5.975	9.559

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros. **a.3) Valor Presente dos Créditos Tributários:** O valor presente total dos créditos tributários é de R\$ 9.227 (31/12/2019 - R\$ 8.755) calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias e prejuízos fiscais e a taxa média de captação projetada para os períodos correspondentes.

7. Intangível

a) Composição:

Ano	Taxa (%) anual de	31/12/2020			31/12/2019		
		Amortização	Custo	Residual	Amortização	Custo	Residual
Intangível							
Sistema de proc. de dados	20	15.604	(5.818)	9.785	15.866	(2.760)	13.106
Total		15.604	(5.818)	9.785	15.866	(2.760)	13.106
b) Variação:							
Saldo no início do exercício		15.866	(2.760)	13.106	4.006	(167)	3.839
Adições		-	-	-	-	-	-
Amortização		-	(2.861)	(2.861)	-	(2.365)	(2.365)
Baixas		(263)	89	(174)	(458)	4	(454)
Outras ⁽¹⁾		-	(286)	(286)	-	(232)	(232)
Saldo no fim do exercício		15.604	(5.818)	9.785	15.866	(2.760)	13.106

⁽¹⁾ Refere-se ao crédito e Pis e Cofins sobre o intangível.

8. Passivos Financeiros ao Custo Amortizado

	31/12/2020	31/12/2019
Em 31 de dezembro de 2020, refere-se a: Valores de Benefícios a Repassar ⁽¹⁾	159.688	132.992
Fornecedores Diversos	3.003	2.891
Total	162.691	135.883

⁽¹⁾ Maiores saldos referem-se a operações de processamento de pagamentos a serem repassadas ao estabelecimento que representa R\$ 70.786 (31/12/2019 - R\$ 70.811) e Estoque de saldo a repassar ao portador no montante de R\$ 83.017 (31/12/2019 - R\$ 58.495).

9. Obrigações Sociais e Trabalhistas

	31/12/2020	31/12/2019
Salários e Benefícios a Pagar	8.765	7.176
Encargos sobre Folha de Pagamento	528	518
Provisão de Férias e Encargos	1.154	913
Total	10.447	8.607

10. Patrimônio Líquido

a) Capital Social: Em 31 de dezembro de 2020, o capital social, totalmente integralizado, está representado pelo montante de R\$ 90.000 (2019 - R\$ 90.000) dividido em 90.000 ações ordinárias sem valor nominal. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada na data de 27 de março de 2019, foi deliberado o aumento do Capital Social de R\$ 45.001 (31/12/2018) para R\$ 90.000. **b) Dividendos e Lucros Acumulados:** Os resultados apurados no balanço anual terão a destinação que lhes resolverem dar os sócios, sendo assegurados dividendos mínimos de 1% sobre o lucro líquido, ajustado conforme legislação em vigor. **c) Reserva Legal:** Do lucro líquido do exercício será destinado 5% para constituição de reserva legal, limitada a 20% do capital. **d) Reserva para Contingências:** O saldo remanescente do lucro líquido do exercício, será destinado às importâncias que, legalmente, puderem ser destinadas à Reserva de contingências.

11. Receita Líquida de Prestação de Serviços

	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Receita de Prestação de Serviços ⁽¹⁾	33.030	19.182
Pis, Cofins e ISS sobre Receita de Serviços	(3.757)	(2.158)
Total	29.273	17.024

⁽¹⁾ Receita advinda da taxa cobrada sobre cada transação de cartão de benefícios (Vale Refeição e Alimentação) e comissionamento nas operações de Vale transporte.

12. Custo dos Serviços Prestados

	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Fee a pagar ⁽¹⁾	(2.167)	(2.167)
Outros	(759)	(596)
Processamento de transação	(62)	(531)
Credenciamento	(48)	(6.413)
Total	(3.226)	(9.707)

⁽¹⁾ Fee visa a pagar (R\$ 2.542) Fee adquirente a pagar (R\$ 217)

13. Despesas Administrativas

	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Despesa com pessoal	(19.028)	(20.330)
Serviços de Informática	(1.404)	(1.761)
Consultoria	(1.288)	(731)
Contabilidade	(1.273)	(684)
Outras despesas	(1.232)	(2.164)
Despesa com backoffice	(1.123)	(2.456)
Despesa com aluguel	(668)	(609)
Convênio operacional (Nota 15.c)	(489)	(245)
Serviços profissionais	(273)	(2.530)
Propaganda e Publicidade	(57)	(3.237)
Total	(26.834)	(34.747)

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

cluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da Governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela Governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em res-

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Nota	31/12/2020	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Receita Líquida de Prestação de Serviços	11	29.273	17.024	17.024
Custo dos Serviços Prestados	12	(3.226)	(9.707)	(9.707)
Lucro Bruto		26.048		7.317
Despesas Administrativas	13	(26.834)	(34.747)	(34.747)
Depreciação e Amortização	7	(3.189)	(2.372)	(2.372)
Resultado antes das Receitas (Despesas) Financeiras		(3.974)		(29.802)
Receitas (Despesas) Financeiras	14	2.554	5.095	5.095
Resultado antes da Tributação		(1.421)		(24.707)
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente		(232)	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	6	440	8.390	8.390
Prejuízo do exercício		(1.213)		(16.317)
Nº de Ações (Mil)		90.000	90.000	90.000
Prejuízo por ação (Em R\$)		(0,01)	(0,18)	(0,18)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE